

## LUGARES DE MEMÓRIA EDUCACIONAL: A história de um instituto federal de educação, ciência e tecnologia nas páginas de suas biografias

Places of Educational Memory: The History of a Federal Institute of Education, Science  
and Technology in the Pages of Their Biographies

Lugares de memoria educativa: La historia de un Instituto Federal de Educación,  
Ciencia y Tecnología en las páginas de sus biografias

LEONARDO AUGUSTO NASCIMENTO DOS SANTOS\*, GENAUTO CARVALHO DE FRANÇA FILHO  
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. \*Autor correspondente. E-mail: leonardoans@ufba.br.

---

**Resumo:** O objetivo da pesquisa é investigar as biografias de um instituto federal de educação, ciência e tecnologia como lugares de memória. Adotando metodologia histórico-hermenêutica, pautada na obra de Paul Ricœur e em sua dialética explicar-compreender, que permite o entendimento do texto como criação sociocultural, analisam-se três biografias publicadas entre 2002 e 2017, que narram a trajetória de um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. São utilizadas como categorias de análise as dimensões técnica, política e pedagógico-acadêmica. Como resultados, apresentam-se os aspectos estruturais das biografias e os sentidos subjacentes de seu texto, identificando, assim, os principais aspectos histórico-mnemônicos da organização, destacando-se a dimensão política como tessitura social subjacente que permite a consecução da vida sócio-organizacional. A apreensão da dimensão política, presente nas obras sem ser enunciada, se sucede não só com memórias, mas também com silêncios e esquecimentos.

**Palavras-chave:** história da educação profissional federal; tempo; narrativa; hermenêutica.

**Abstract:** The objective of this research is to investigate the biographies of a federal institute of education, science and technology as places of memory. Adopting a historical-hermeneutic methodology, based on the work of Paul Ricœur and his dialectic of explaining-understanding, which allows for the understanding of the text as a sociocultural creation, three biographies published between 2002 and 2017 are analyzed, narrating the trajectory of a federal institute of education, science and technology. The technical, political and pedagogical-academic dimensions are used as categories of analysis. As a result, the structural aspects of the biographies and the underlying meanings of their text are presented, thus identifying the main historical-mnemonic aspects of the organization, highlighting the political dimension as an underlying social fabric that allows for the achievement of socio-organizational life. The apprehension of the political dimension, present in the works without being enunciated, occurs not only through memories but also through silences and omissions.

**Keywords:** history of federal professional education; time; narrative; hermeneutics.

**Resumen:** El objetivo de esta investigación es indagar en las biografías de un instituto federal de educación, ciencia y tecnología como espacios de memoria. Adoptando una metodología histórico-hermenéutica, basada en la obra de Paul Ricœur y su dialéctica de explicación y comprensión, que permite comprender el texto como creación sociocultural, se analizan tres biografías publicadas entre 2002 y 2017, que narran la trayectoria de un instituto federal de educación, ciencia y tecnología. Se utilizan como categorías de análisis las dimensiones técnica, política y pedagógico-académica. Como resultados, se presentan los aspectos estructurales de las biografías y los significados subyacentes de su texto, identificando así los principales aspectos histórico mnemónicos de la organización, destacando la dimensión política como tejido social subyacente que permite el logro de la vida socio-organizativa. La apreensión de la dimensión política, presente en las obras sin ser enunciada, ocurre no solo a través de los recuerdos, sino también a través de silencios y omisiones.

**Palabras clave:** historia de la educación profesional federal; tiempo; narrativa; hermenéutica.

## INTRODUÇÃO

A longevidade da educação profissional federal, institucionalizada desde o decreto presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, além de atestar sua importância na história da educação (Ramos, 2014), demanda novas fontes de pesquisa histórica. É nesse ínterim que a presente investigação se insere, buscando inquirir de que forma biografias funcionam como lugares de memória.

A biografia é um fenômeno complexo, inquirido por diversos campos do conhecimento. Tais inquéritos abordam a biografia sob múltiplas dimensões, como: método de pesquisa, instrumento de análise, fonte documental etc. (Loriga, 2011; Dosse, 2015).

O conceito *lugares de memória* foi enunciado pelo historiador francês Pierre Nora, pertencente à terceira geração da escola dos Annales, criada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, a qual propunha uma nova concepção na prática historiadora, rompendo com a concepção positivista da história, além de que refutava explicações causais, ampliava a noção de documento e defendia a democratização e popularização da história (Le Goff, 1990; Burke, 1992).

Nora forja tal conceito no bojo da renovação historiográfica ocorrida nos anos 1970, influenciada pela virada linguística (*linguistic turn*) na filosofia e ciências sociais, “a reviravolta no estudo das humanidades, que deixaram de ter como guia a referência na realidade para privilegiar a maneira como ela é verbalmente trabalhada” (Lima, 2006, p. 27).

A assunção da memória como elemento central desse novo modo de pensar e fazer história induz Nora (1993) a conceber os lugares de memória de modo nostálgico e mordaz. Equipara os lugares de memória a restos e critica o excesso de memória do tempo presente, pois tal demasia paradoxalmente evidencia seu olvidamento. Por fim, define que

diferente dos demais objetos da história, os lugares de memórias não têm referentes. Eles são seu próprio referente. O lugar de memória é um local duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de seus significados (Nora, 1993, p. 27).

Metodologicamente, o estudo qualitativo envereda por uma abordagem histórica hermenêutica, cujo processo dialógico, indutivo e reflexivo entre o repertório cognitivo da autoria, a revisão bibliográfica e a interação crítico-analítica apreendem a biografia como lugar de memória, ensejando, assim, o conhecimento histórico (Aróstegui, 2006; Rösen, 2007).

As biografias analisadas, publicadas entre 2002 e 2017, contam a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, autarquia federal

vinculada ao ministério da educação, existente desde 1909, voltada para a oferta gratuita de educação profissional e tecnológica em diversas modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

O texto se estrutura em seis partes, contada esta introdução: a segunda apresenta a biografia como fenômeno estudado nas ciências históricas e sociais. Na terceira parte, delimitam-se os aspectos metodológicos da pesquisa, pautados na hermenêutica de Paul Ricœur e sua dialética explicar-compreender, e é feita concisa apresentação da história do IFBA. A quarta parte apresenta o momento explicativo, que delinea os aspectos gerais das biografias, e a quinta etapa traz a fase da compreensão, que interpreta as biografias a partir de três categorias: técnica, política e pedagógico-acadêmica. As considerações finais resumem a trajetória investigada.

## A BIOGRAFIA COMO PROBLEMA: ENTRE A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Escrita cujo gênero é híbrido e de difícil delimitação, a biografia situa-se no interregno entre a verdade literária e a realidade histórica (Loriga, 2011; Dosse, 2015), e sua complexidade a torna fenômeno investigado por diversos campos de conhecimento, como a história, os estudos literários e as ciências sociais (Levillain, 2003; Borges, 2008).

Ainda que o léxico “biografia” só tenha surgido no século XVII nas línguas francesa e inglesa, os escritos sobre relatos de vida fecundam na antiguidade, estando no cerne das fundações do discurso histórico. A era clássica grega separava a narrativa histórica, destinada a eventos coletivos, da descrição biográfica, que relatava fatos da vida de indivíduos poderosos, como imperadores, generais e religiosos (Levillain, 2003; Loriga, 2011).

Entre a antiguidade – em que a obra *vidas paralelas* de Plutarco se destaca como modelo de relato de vida preocupado em enaltecer as qualidades morais de um personagem – e a modernidade – cujo destaque são os escritos de James Boswell, que se notabilizou por aproximar biógrafo e biografado, a ênfase na intimidade doméstica deste e o uso de entrevistas com pessoas próximas como técnica de coleta de dados –, a escrita biográfica teve muitas fases. Desde os panegíricos destinados a imperadores, passando pelas hagiografias dos santos no medievo, a cultura ocidental nunca cessou de descrever a existência humana (Borges, 2008; Loriga, 2011).

Dosse (2015) apresenta regime de historicidade próprio da biografia: uma idade heroica, marcada pelas elegias aos feitos dos grandes personagens, marcaria a antiguidade, o medievo e parte da modernidade; a idade modal, que atravessa os séculos XVIII, XIX e início do século XX, em que a biografia vivencia uma crise conceitual, desprestigiada academicamente, esvaziada de preocupação com as evidências; e uma era hermenêutica, de meados do século passado até os dias atuais,

em que o descentramento da razão e a crítica do sujeito a partir de teorias como a psicanálise, a genealogia e o marxismo levam a assunção de identidades híbridas e flexíveis, valorizando as individualidades.

O uso da biografia se intensifica especialmente com a assunção do indivíduo em detrimento do coletivo. Sua presença acirra o clássico debate entre estrutura e agência, tanto no campo historiográfico quanto no sociológico (Rustin, 2000; Gonçalves & Oliveira, 2012).

Assim, o exercício metodológico da biografia está implicado em questões teóricas e ontoepistêmicas. Dentre elas, a reivindicação de maior reflexividade a partir do aporte da filosofia, em detrimento das metodologias quantitativas; uma busca de sintonia entre temporalidades (cosmológica e fenomenológica) na consecução das estruturas e processos sociais; e a assunção da memória e da narrativa como elementos que consubstanciam o fenômeno biográfico (Chamberlayne, Bornat & Wengraf, 2000; Gonçalves & Oliveira, 2012).

Em meio ao *revival* crítico da biografia, em meados dos anos 1980, dois pensadores – um historiador e um sociólogo – proferem duas das críticas mais referenciadas no tocante à biografia como problema: Giovanni Levi e Pierre Bourdieu (Loriga, 1998).

Levi (2006) alerta sobre a aplicação dos mesmos trâmites cognitivos para grupos e indivíduos, e a influência dos primeiros sobre os segundos, o que induz a discussão sobre os limites da liberdade de ação ante o arcabouço sociocultural de regras que condicionam a prática (consciente, porém limitada) e razão humanas (racionalidade atribuída aos personagens biografados); ainda assim, considera a biografia um espaço privilegiado para discutir tais questões.

O autor propõe ainda uma tipologia das biografias: as biografias modais (ilustram formas típicas de comportamento ou status), contextuais (em que a conjuntura social suplanta as ausências documentais através de comparações), de casos extremos (que exploram as margens, os limites dos processos sociais) e hermenêuticas (o ato interpretativo, ou seja, a passagem da ação à escrita do texto, desvela uma possibilidade infinita de significados, que, mesmo assim, não acessam a totalidade de sentidos possíveis) (Levi, 2006).

Já Bourdieu critica a noção de trajetória como algo linear, uma série de (dis)posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo ente (individual ou coletivo). A compreensão de uma vida desta forma é idealizada e reducionista. É preciso considerar o sentido e o valor das mudanças no escopo social para significar de fato uma biografia, em que a relevância da rede de relações que a constitui é um aspecto fundamental. Uma totalidade inteligível e coerente, pautada pelo uso de recursos retóricos que transparecem artificialidade, tratando a vida como relato coeso de eventos desvelam o que o autor denominou de *ilusão biográfica* (Bourdieu, 2006).

A biografia, como lugar de memória, torna-se campo gerador da história, à medida que a prática historiográfica, no bojo da renovação instada pela virada linguística (*linguistic turn*), maneja a memória como complemento. Pressupor a relação entre memória armazenada e escrita histórica como oposição seria, portanto, um falso dilema (Dosse, 2003; Malerba, 2011), haja vista que “a história e a memória coletiva podem ser pensadas como as duas pontas de uma antinomia, em que os avanços da historiografia fazem continuamente retroceder o passado imaginário que foi construído pela memória coletiva” (Rossi, 2010, p. 28).

No âmbito da história da educação, dada a incipiência e escassez de estudos biográficos, tem se buscado acompanhar os movimentos de transformação e abertura da historiografia contemporânea. Assim, pesquisas sobre identidade e memória anuem com a apreensão dos aspectos e itinerários das instituições, auxiliando na compreensão de seu cariz, de sua missão e do modo como estas têm forjado suas práticas durante um período específico, constituindo-se portanto em importantes instrumentos de reflexão, ainda que muitos estudos sigam as formas tradicionais das pesquisas biográficas, o que aventa a necessidade de uma análise acurada sobre os usos da biografia e, sobretudo, de reflexões teórico-metodológicas e ontoepistêmicas acerca do gênero (Amorim et al., 2024; Duarte & Grazziotin, 2018).

## METODOLOGIA

Buscando inquirir biografias como lugares de memória, a pesquisa adota metodologia histórico-hermenêutica, de aspecto qualitativo e indutivo, que se caracteriza pela assunção de singularidades, a atenção às fontes empíricas e a tarefa de escrever uma narrativa sequencial dos eventos, pautada nos seguintes princípios (Aróstegui, 2006; Rüsen, 2007):

- a) dialogicidade: a abertura do(a) pesquisador(a) ante as problemáticas que se sucedem, através da elaboração de questões, cujas respostas são construídas no diálogo entre as fontes consultadas, com a investigação anterior do campo fenomênico investigado;
- b) reflexividade: a consciência do aspecto processual e literário intrínseco à elaboração historiográfica, a partir das particularidades das fontes consultadas e narrativas formuladas desde os documentos, que se ordenam em função da perspectiva do(a) pesquisador(a);
- c) crítica das fontes: a apreensão subjetiva de informações da ação humana no passado, a partir da atestação dos critérios de validade e confiabilidade dos documentos, o instante em que estes se transformam em fontes;

- d) interpretação: a disposição das informações obtidas através da crítica das fontes em um texto narrativo que contrabalanceie aquelas com o cabedal conceitual do(as) pesquisador(as) e o retorno à bibliografia existente acerca do problema inquirido.

A partir da obra de Paul Ricœur (2002; 2011), a hermenêutica constitui-se em alicerce metodológico, desdobrando-se em duas etapas complementares: explicação e compreensão. A explicação define-se pelo detalhamento minucioso, da subordinação do caso particular a regras, pelo distanciamento do objeto de estudo em relação a um sujeito desimplicado, em que se encaminha certo grau de objetivação, graças à fixação e à conservação que a escrita confere.

Já o momento de compreensão é uma apreensão intuitiva e irrestrita do que é abordado no campo investigado, por uma antecipação de sentido que tangencia a predição, por um engajamento do sujeito epistêmico, em que o conhecimento medeia os signos do psiquismo alheio e exterior ao texto (Ricœur, 2002; 2011).

Assim, no momento da explicação, dispõe-se o conteúdo das três biografias consultadas, com as principais informações gerais, sua estruturação, conforme o Quadro 1. Já no âmbito da compreensão, inquire-se reflexivamente sobre as características mnemônicas discernidas nas biografias, que são expressas a partir de três categorias: técnica, política e pedagógico-acadêmica, delimitadas pela própria razão de ser de uma organização pública de educação profissional e tecnológica no Brasil, que são a oferta de ensino, pesquisa e extensão, conforme legislação vigente. A disposição de tais dimensões ao longo dos capítulos das biografias é demonstrada na Tabela 1.

A organização biografada é o Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia da Bahia – doravante IFBA –, autarquia federal de educação profissional vinculada à SETEC – secretaria de educação profissional e tecnológica, subordinada ao Ministério da Educação.

Suas origens remontam às dezenove escolas de aprendizes artífices instituídas pelo decreto presidencial nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Desde então, ao longo de seus cento e dezesseis anos de história, passou por diversas fases e nomenclaturas. A última mudança foi em 2008, com a promulgação da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que transformou os centros federais de educação tecnológica (CEFET) e as escolas agrotécnicas federais em institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

A lei inovou estrutural e pedagogicamente: estruturalmente, porque o instituto federal traz em seu cerne o conceito de multicampia, em que os campi possuiriam autonomia financeira e orçamentária em relação à reitoria. Pedagogicamente, caracterizam-se pela multimodalidade de ensino, ofertando cursos de extensão e formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio (integrado) e subsequente, além de cursos de graduação e pós-graduação.

Atualmente o IFBA possui, além da reitoria em Salvador, vinte e dois campi, um núcleo avançado, dois campi em fase de implantação, cinco centros de referência e um

polo de inovação. Além disso, oferta ensino na modalidade a distância em cinquenta e sete cidades. Possui aproximadamente trinta e seis mil estudantes, mil e setecentos docentes, mil técnicos administrativos, fazendo-se, assim, presente em 113 cidades do estado.

## EXPLICAÇÃO HERMENÊUTICA: AS TRÊS BIOGRAFIAS DO IFBA

Publicadas em um intervalo de quinze anos, entre 2002 e 2017, as três biografias do IFBA desvelam contingências específicas. Todas têm aspecto oficial, estando disponíveis no sítio institucional (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, n.d.).

A primeira delas se chama “CEFET – BA: Uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica”, publicada em 2002, da autoria do professor e historiador José Silva Lessa<sup>1</sup>. A obra, de 100 páginas, reflete o instante em que foi gerada, pois o texto é resultado do esforço de constituir um *núcleo de memória histórica do CEFET-BA*, ou seja, partiu da direção a iniciativa de promover tal ação, enaltecendo seus então noventa e três anos. Essas informações estão na apresentação do livro, escrito pela coordenação de comunicação social.

O livro possui três capítulos. Antes, na introdução, o autor faz um preâmbulo da história da educação profissional, desde seu surgimento na idade média até sua institucionalização no Brasil com a criação das dezenove escolas de aprendizes artífices instituídas pelo decreto presidencial nº 7.566. Os três capítulos possuem tamanhos desproporcionais, e sua divisão revela a periodização escolhida pelo autor, o que em obras historiográficas é fundamental, pois desvela sua intencionalidade política (Rüsen, 2007):

- a) o primeiro capítulo possui quarenta e cinco páginas (o maior) e cobre mais de oitenta anos da história organizacional, desde a sua criação como escolas de aprendizes artífices, em 1909, até a promulgação da lei federal nº 8.711 de 1993, que cria o CEFET-BA;
- b) o segundo capítulo possui oito páginas (o menor) e relata a criação do CENTEC, em 1976, até sua extinção a partir da fusão com a escola técnica federal da Bahia, criando o CEFET-BA;

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa faz parte de um estudo maior – uma tese de doutorado ainda não defendida/publicada sobre a história do IFBA. Além do estudo das biografias, foram executadas pesquisa documental em arquivo e entrevistas temáticas de história oral. A pesquisa nos arquivos não encontrou documentação referente ao professor Lessa. Uma das entrevistadas, servidora aposentada que trabalhou com o professor Lessa, afirmou que o professor não tinha cargos na gestão, porém tinha boa relação com a diretoria, o que permitiu que ele consultasse o acervo institucional para empreender sua pesquisa. Ela afirmou ainda que o projeto do núcleo de memória histórica do CEFET-BA não foi desenvolvido, pois o professor Lessa faleceu logo após a publicação do livro.

- c) o terceiro capítulo possui vinte e uma páginas e narra os detalhes da criação do CEFET-BA e os principais eventos de seus então nove anos de existência, como a expansão para outros municípios do estado, as comemorações pelos noventa anos da organização em 1999 e os problemas políticos na eleição ocorrida entre 2001 e 2002.

O nome presente no título, “escola do mingau”, foi o apelido conferido à escola em seus primeiros anos, conforme relata o autor: “Era a escola do mingau, como ficou apelidada por servir alimentação, geralmente na forma de mingau, que garantia a sobrevivência imediata dos seus alunos, deserdados da sorte, modo como eram mencionados nos discursos oficiais” (Lessa, 2002, p. 16).

Embora tenha consultado ampla gama do acervo documental da organização – são expostos, ao longo do livro, dez fotos, cinco organogramas, uma matriz curricular, cinco tabelas e sete quadros –, tal documentação não dialoga com o texto; falta-lhe substrato interpretativo, criticidade reflexiva, o processo que transforma o documento em fonte histórica (Aróstegui, 2006; Rösen, 2007). Esse acervo arquivístico somente ilustra a obra, não fundamenta a narrativa, uma historiografia linear e tradicional, com ênfase em datas e nomes de gestores e políticos que intermediaram algum evento (expansão, reforma, inauguração).

Talvez isso se suceda em virtude de, nas palavras do autor, a resenha não possuir “o rigor das obras científicas” (Lessa, 2002, p. 87), embora seu valor histórico seja indelével, sendo referência importante nas biografias subsequentes.

A segunda biografia é denominada “Cem anos de educação profissional no Brasil - História e Memória do Instituto Federal da Bahia: 1909- 2009”. Organizado pelas professoras Vera Lúcia Bueno Fartes e Virlene Cardoso Moreira, foi publicada em 2009 pela editora da UFBA. A professora Vera Fartes é docente aposentada da faculdade de educação da Universidade Federal da Bahia, cuja carreira acadêmica voltou-se à pesquisa da educação profissional, com ênfase nos saberes profissionais; já a professora Virlene Moreira é docente de História no IFBA – Campus Salvador, desenvolvendo pesquisas nas áreas de história da ciência e da educação. Não há registros de que, durante ou após a confecção do livro, tenham ocupado cargos de gestão no instituto. A apresentação foi escrita pela então reitora Aurina Santana, que realça o caráter de efeméride da obra em razão do centenário da rede federal de educação profissional e da criação do instituto, conforme já indicado no título. Um livro que simbolizava o momento de mudança com a criação dos institutos federais entre 2008 e 2009, em função da lei nº. 11.892, de 2008<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Na pesquisa realizada por um dos autores nos arquivos da reitoria do IFBA, em Salvador, foram encontrados diversos documentos que corroboram a confecção do livro como instrumento de celebração do centenário da rede federal de educação profissional e da criação dos institutos federais, inclusive com orientações e tratativas advindas da SETEC/MEC.

Ao contrário da obra de Lessa, esta tem acabamento estético mais acurado, e uma organização mais afeita às coletâneas de trabalhos acadêmicos. As 194 páginas espalham-se em dez capítulos, nove artigos acadêmicos e uma exposição dos croquis (desenhos) com a expansão física do campus Salvador, unidade originária, dividida em cinco períodos, totalizando quatorze autores. Há, ao final da obra, um álbum de fotos com vinte e seis imagens e um emblema (brasão). Assim como no livro anterior, apresentam-se aqui como mera ilustração, sem nenhum esforço teórico que auxilie na construção narrativa, que disponha a fotografia como significação de códigos sociais, como artefato histórico (Lima & Carvalho, 2009).

Na introdução, as organizadoras sugerem uma ordem classificatória aos nove textos da obra: os seis primeiros capítulos abordam temáticas concernentes às mudanças institucionais vivenciadas pela organização em seus cem anos; dois capítulos discutem questões relativas à prática estudantil e à pesquisa; e, por fim, um capítulo coleta histórias orais de ex-dirigentes, ex-servidores docentes e técnico-administrativos, bem como discentes egressos.

E, de fato, os seis primeiros capítulos reforçam a identidade histórica perpetrada na obra de Lessa, tanto no que tange às periodizações manejadas quanto na valoração atribuída historicamente, lugar de assistência aos desvalidos e como formação de mão de obra para o mundo do trabalho. O autor é citado diretamente em quatro dos seis textos – o quinto é basicamente um resumo do livro anterior. Somente um suplanta o uso das fontes tradicionais e recorre à história oral para apreender os sentidos de formação da identidade operária de egressos no mercado de trabalho (Fartes, 2009).

Outros dois textos abordam, respectivamente, o agenciamento discente entre os anos de 1979 e 1989, a partir de sua atuação no movimento estudantil dentro e fora da organização, contrapondo a narrativa linear oficial vigente nos textos anteriores, e a produção científica da organização, a partir de indicadores como a regulação da atividade de pesquisa, mapeamento dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, a publicação em revistas de impacto internacional, e a rede de cooperação com diversas organizações de ensino e pesquisa.

O último capítulo colhe relatos de pessoas que vivenciaram a organização. Ao todo, são onze depoimentos: um ex-discente (o mais velho vivo à época da publicação), dois ex-professores, o docente mais antigo em atividade, uma técnica-administrativa aposentada, uma servidora docente, ex-discente e que ocupava um cargo gerencial, além dos quatro ex-diretores ainda vivos à época, bem como a reitora do período, professora Aurina Santana.

A terceira biografia tem o título “Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia”. Foi publicado em 2017, e tem como organizadores José Roberto de Oliveira, Tassila Oliveira Ramos e Vera Lúcia Bueno Fartes. Foi a primeira biografia publicada pela editora do IFBA, que possui quatorze

autores dos doze textos que compõem a obra, em um total de 344 páginas. Dos três organizadores, além da professora Vera Fartes, organizadora da obra anterior, os outros dois são servidores do IFBA: O professor José Roberto de Oliveira, que era pró-reitor de extensão à época, e Tassila Ramos, arquivista responsável pela coordenação de memória institucional.

Essa conjunção de fatores indica maior presença institucional da gestão na consecução da obra, uma peça-chave na intrincada rede política organizacional, que culminaria com as eleições no ano seguinte, marcada por uma série de mandados de segurança, notificações e toda sorte de mecanismos jurídicos, escancarado assim o viés político de sua publicação<sup>3</sup>. As palavras do então reitor, Renato da Anunciação Filho, na página 20 do prefácio que ele assina, denotam tal cenário: “ressaltamos que algumas das ações concretas, dentre as muitas que temos desenvolvido juntamente com os esforços e a dedicação de toda a comunidade do IFBA, têm-nos mostrado caminhos, indicado rumos”.

A estrutura assemelha-se à obra anterior, com os dozes capítulos constituindo-se de textos acadêmicos acerca da organização. Divide-se em duas partes: a primeira, denominada “Memórias e trajetórias do IFBA na perspectiva de seus pesquisadores”, contém cinco textos com ênfase em pesquisas históricas. Destacam-se dois trabalhos que pesquisam memórias relativas à fundação de dois campi/unidades do interior, em Vitória da Conquista e Irecê. São os primeiros textos das biografias que conferem protagonismo à expansão da organização, vivenciadas em instantes históricos diferentes: a primeira nos anos 1990, na época do CEFET, a segunda no bojo das discussões da criação dos institutos federais, ao final dos anos 2000.

A segunda parte é intitulada “Pesquisa e produção do conhecimento no IFBA”, sendo composta de sete textos, cuja miríade de temáticas atestam a complexidade do IFBA: desde uma pesquisa histórico-arquitetônica do edifício da reitoria até uma etnografia sobre saberes profissionais entre metalúrgicos, passando por uma investigação sobre o desempenho de estudantes cotistas no campus Barreiras; outro texto relata o intercâmbio de dois estudantes tailandeses no campus Camaçari, o seguinte aborda os desafios e possibilidades de uma licenciatura intercultural indígena em Porto Seguro, cuja região possui diversas comunidades tradicionais; tem-se um estudo sobre inclusão escolar das pessoas com deficiência no campus Salvador e, por fim, um texto que analisa a política pública de pesquisa da rede federal de educação profissional científica e tecnológica.

Assim, a obra intenta mapear – sem esgotar, obviamente – as inúmeras dimensões que compõem o IFBA, de modo que as anteriores não tiveram, seja pelo aspecto de resenha da primeira, seja pelo caráter comemorativo da segunda. Essa

---

<sup>3</sup> Tais documentos podem ser acessados em <https://portal.ifba.edu.br/institucional2/eleicoes/2018/home>.

terceira biografia reflete a pluralidade das memórias coletivas que forjam uma organização centenária.

**Quadro 1 – As três biografias do IFBA**

	<b>Biografia 1</b>	<b>Biografia 2</b>	<b>Biografia 3</b>
<b>Ano de publicação</b>	2002	2009	2017
Nome	CEFET – BA: Uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica	Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009)	Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia (IFBA)
Número de autores	01	02 (organizadoras) 14 (autores dos artigos)	03 (organizadores) 14 (autores dos artigos)
Número de capítulos	03	10	12
Número de páginas	100	194	344
Metodologia	Qualitativa (pesquisa histórica, bibliográfica, documental)	Qualitativa (pesquisas biográficas, bibliográfica, documental, história oral)	Qualitativa (pesquisas biográficas, bibliográfica, documental, etnográfica, história oral)
Ordem cronológica	Linear	Não-linear	Não-linear
Tipologia textual	Historiografia tradicional	Coletânea de Textos Científicos	Coletânea de Textos Científicos

## **COMPREENSÃO HERMENÊUTICA: AS BIOGRAFIAS DO IFBA COMO LUGARES DE MEMÓRIA**

Em uma organização como o IFBA, tem-se dois eixos de atividades: um voltado aos processos pedagógico-acadêmicos, que engloba as práticas de ensino, pesquisa e extensão, e outro orientado para a gestão administrativa. A primeira é executada dialogicamente por docentes e discentes, com participação e apoio de alguns técnicos-administrativos (bibliotecário(a)s, pedagogo(a)s, assistentes de ensino, técnico(a)s em assuntos educacionais etc.). A segunda é praticada por docentes que ocupam cargos gerenciais (pró-reitorias, departamentos, coordenações), juntamente aos técnicos-administrativos (administradores, contadores, assistentes e auxiliares de administração).

Imbricando esses dois eixos de atividades, acrescenta-se o que se denomina aqui de política, um conjunto de práticas e relações intersubjetivas que fomentam a ordem social e possibilitam o exercício de governo e a coexistência humana, ainda que conflituosa (Mouffe, 2015). Essa dimensão política é compreendida de duas formas: como política *externa*, relações que a organização desenvolve com demais entes sociais (órgãos governamentais, empresas privadas, organizações da sociedade civil), e como política *interna*, as instâncias de agenciamento que ocorrem dentro da organização (colegiados, conselhos, demais órgãos consultivos e deliberativos, grêmios estudantis), através de processos como reuniões, sessões, consultas e eleições.

Assim, essas três dimensões – pedagógico-acadêmica, técnico-gerencial e política – permitem desvelar as principais características do IFBA, servindo como instrumento apreensivo das minúcias e evidenciando esquecimentos nas biografias, que tendem a enaltecer ou apagar determinados aspectos organizacionais:

**Tabela 1** – Categorias de análise nas biografias do IFBA

	Biografia 1			Biografia 2			Biografia 3		
Capítulo	Categorias de análise								
	Técnico- Gerencial	Política	Pedagógico- Acadêmica	Técnico- Gerencial	Política	Pedagógico- Acadêmica	Técnico- Gerencial	Política	Pedagógico- Acadêmica
1		x	x		x	x		x	x
2		x	x		x	x		x	x
3		x	x		x	x		x	x
4	NSA	NSA	NSA		x	x	x	x	x
5	NSA	NSA	NSA		x	x	x	x	x
6	NSA	NSA	NSA		x	x	x	x	
7	NSA	NSA	NSA		x	x		x	x
8	NSA	NSA	NSA	x	x	x	x	x	x
9	NSA	NSA	NSA	x	x	x		x	x
10	NSA	NSA	NSA	x				x	x
11	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA		x	x
12	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA		x	x

**Nota.** NSA – Não se aplica.

Após a leitura das três biografias, percebeu-se a necessidade de iniciar a analítica compreensiva a partir da obra de Lessa (2002), pois a elaboração das demais obras reforça ou rejeita a retórica e os postulados do texto pioneiro. Em sua resenha histórica, o autor não apresenta nenhum aspecto relativo às atividades técnico-gerenciais. São mencionadas dificuldades administrativas e financeiras, que não são

esmiuçadas. O que se apresenta são as ações dos políticos (governadores, ministros, parlamentares) que destinam verbas para reformas da organização. Mas quem fez o projeto? Quem o executou? Ainda que, nos primórdios da organização, tais tarefas não fossem dotadas da complexidade que a burocracia dos dias atuais exige, tal esquecimento evidencia o negligenciamento de tal dimensão.

Por exemplo, na página 21, é exibida uma tabela de matrícula e frequência por ano, do período 1910-1933. Qual o significado dos números para os gestores? Havia alguma cobrança governamental? Existia o conceito de evasão? Pensava-se a escola enquanto política pública?

Outro exemplo é o organograma da ETFBA de 1969 na página 39. A apresentação deste revela um esforço de mapeamento da estrutura organizacional e busca por alguma coesão estrutural. Sua estrutura era híbrida entre linha-assessoria e funcional, em que se percebe certa confusão com a sobreposição de supervisões (cursos normais, cursos extraordinários e oficinas). Faltava melhor definição que separasse, por exemplo, o departamento administrativo do departamento acadêmico/de ensino, comum nos dias atuais.

Uma análise do referido organograma corrobora o argumento da supressão da dimensão técnico-gerencial na narrativa. Funções típicas da gestão, como tesouraria, caixa escolar, arquivo, dentre outras, aparecem no organograma, mas não há qualquer descrição referente ao modo como tais atividades eram executadas. Não há registro de nenhum funcionário técnico-administrativo. É impossível saber, por exemplo, se havia mulheres desempenhando alguma função administrativa.

A dimensão política, tanto interna quanto externa, é a mais destacada. Mesmo a divisão pedagógico-acadêmica, em diversas passagens, resulta das decisões proferidas pelos diversos agentes políticos e suas relações. Cursos são criados e extintos em prol das necessidades de empresas e entes governamentais, como ministérios e prefeituras. Contribuíram para tal a criação do CIA – centro industrial de Aratu – e do polo petroquímico de Camaçari, município situado na região metropolitana de Salvador, além de demandas da Petrobrás, COPENE e USIBA, que direcionavam as escolhas de oferta de cursos.

Os processos de escolha eleitoral para a direção são destacados em diversas passagens. Momentos conturbados como as escolhas de 1974 e 1986, ainda como ETFBA, e de 2001, já como CEFET, indicam quão problemático era o pleito através de lista tríplice. Com a criação dos institutos federais, esse mecanismo foi alterado e a eleição passou a ser direta.

A criação do CENTEC é um ponto de inflexão que divide a linearidade da narrativa histórica das mesmidades anteriores (escolas de aprendizes artífices, liceu baiano, escola técnica de Salvador e ETFBA) e posterior (CEFET), cuja história tende a ser apagada. O tamanho reduzido de seu capítulo em relação aos outros dois denota tal postura.

Criado a partir do agenciamento de entidades diversas (MEC, Conselho federal de educação, conselho britânico, CIA), o CENTEC tinha o fito de ofertar formação tecnológica de ensino superior, razão pela qual diferenciava-se das escolas técnicas. Havia um plano conduzido pelo PRODEM – uma força tarefa *ad hoc* criada pelo MEC para formar profissionais intermediários entre o ensino médio técnico e o superior. Financiado pelo BIRD – Banco internacional de desenvolvimento –, esse novo profissional, denominado engenheiro de operação, atuaria em nível tático-operacional, liberando o engenheiro para laboração em esfera estratégica. A ideia inicial era de que fossem criadas seis unidades – além da Bahia, em Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Tais centros de educação ficariam, a priori, sob a supervisão das escolas técnicas federais (Ministério da Educação [MEC], 1974).

Lendo a obra de Lessa, percebe-se o movimento que norteou a criação do CENTEC: funcionando provisoriamente em Salvador, houve em 1978 a transferência dos bens (equipamentos, mobiliário) adquiridos para o funcionamento do CENTEC, que estavam sob tutela da ETFBA. Em 1981, o CENTEC passa a funcionar no município de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador, próximo ao CIA. Ao longo da década, o esvaziamento de tal política, somado a problemas locais, leva o aparelho à condição de ociosidade. Assim, em 1993, quando da criação do CEFET, a partir da ETFBA, este engloba o CENTEC. Ou seja, o CENTEC emerge das entranhas da ETFBA, e retorna a ela, agora sob a alcunha de CEFET.

No transcorrer das biografias seguintes, há um sutil processo de apagamento do fato, mencionado por um ex-diretor na segunda biografia – que relata como a fusão foi criticada por parte da comunidade acadêmica à época – e pouquíssimo citado na terceira – só há duas referências ao CENTEC, ambas como contexto, sem nenhum veio de análise. Essa prática insere-se às discussões acerca da dialética memória-esquecimento como um conflituoso processo de disputas e escolhas, em que as políticas das memórias funcionam com recursos estratégicos nas contendas de poder (Nissley & Casey, 2002; Casey & Olivera, 2011; Costa & Saraiva, 2011).

A dialética memória-esquecimento descrita acima indica que as biografias são lugares de memória, porque incitam seus leitores a se interrogar sobre o reservatório mnemônico que se dispõe (Nora, 1993). E a leitura das biografias do IFBA revela como certos valores se arraigaram na organização, tornando-se referência comum entre seus membros, que narram e transmitem tais princípios de modo irrefletido, muitas vezes reificando-os sem perceber.

Um desses valores é a utilização do termo *Sede* para se referir à unidade de ensino localizada em Salvador. Como espaço originário da organização, abrangeu boa parte de sua história. Com a promulgação da lei que criou o CEFET, e a criação das unidades de ensino descentralizadas no interior (UNED), esse termo foi institucionalizado no regimento interno do CEFET – BA - portaria nº 777, de 24 de julho de 1996, do Ministério da Educação.

O uso do termo *Sede* revela uma diferenciação, uma cisão entre a unidade de Salvador e as Uneds à época recém-criadas. Seu uso remete à ideia de centralidade, de residência, e evocava uma “cultura de sede”, em que os servidores lotados nas Uneds atribuíam a tal cultura práticas e valores como ineficiência dos serviços, burocracia excessiva, má vontade em resolver as questões insurgentes, precariedade no atendimento ao público (externo/interno) (Santos, 2014).

A segunda biografia – “Cem anos de educação profissional no Brasil - História e Memória do Instituto Federal da Bahia: 1909- 2009” – acaba por ser uma obra transitória entre a narrativa de Lessa e a terceira: embora altere o modelo estrutural da narrativa do primeiro texto, explorando autoria múltipla, boa parte dos textos utiliza a periodização narrativa delineada no texto de Lessa, que é amplamente citado. O contingente histórico também deriva da biografia anterior.

Ademais, assim como o texto de Lessa, a dimensão técnica da organização é olvidada, em detrimento da ênfase nas questões pedagógico-acadêmicas, sempre alicerçadas nas variáveis políticas concernentes aos objetos analisados. Moreira (2009), por exemplo, ao cobrir o período entre 1909 e 1937, entende que a escola de aprendizes e artífices (EAA) cumpria um papel de controle social, cuja existência não significava necessariamente um projeto consolidado de sistema educacional e que a EAA representava uma alternativa de sobrevivência.

Leal Neto, Brito e Antoniazzi (2009) analisam o cenário de reformas da educação profissional no contexto do capitalismo neoliberal, argumentando pela recursividade entre este e as relações entre educação e trabalho na política pública da educação profissional. Faltou-lhes conectar tal conjuntura com as dinâmicas da política interna da organização.

Nesse sentido, Silva (2009) exita ao conectar as dinâmicas de mudança da relação entre estado e sociedade civil no período de passagem do regime militar à abertura política nos anos 1980 com o contingente político da organização ao relatar o agenciamento do movimento estudantil tanto interna quanto externamente à então escola técnica federal da Bahia. A autora perscruta temática aventada por Lessa, que não teve na primeira biografia o aprofundamento que tal episódio demandava, dada sua importância ao quebrar a narrativa oficial da organização, conferindo primazia política aos discentes. A censura imposta pelo regime ditatorial militar ressoava no âmbito escolar, e a atuação do movimento estudantil teve desdobramentos importantes, como a mudança na direção da escola.

Esses dois textos funcionam como uma transição entre a narrativa histórica reificada que marca os cinco trabalhos anteriores com a parte final da biografia.

Ao investigar a produção científica da organização, Souza e Ribeiro (2009) trazem algumas inovações em relação à primeira biografia. Primeiro, ao abordar a pesquisa em detrimento do ensino. Depois, por investigar a pesquisa com ênfase em seus dois momentos de consecução: não só em sua finalidade – no caso a publicação

científica em revistas de alto impacto –, mas também no processo técnico que a conduz. Ou seja, todas as etapas burocráticas que envolvem grupos de pesquisa, fundações de apoio, comissões de estudo e coordenações. É o primeiro texto das duas biografias que confere alguma relevância ao trabalho técnico.

O texto seguinte é o lugar de memória dentro do lugar de memória (a biografia) ao apresentar testemunhos orais de agentes que fizeram parte da história do IFBA. O artigo acerta ao buscar representatividade, cobrindo todas as categorias (discentes, docentes e técnico-administrativos, além de gestores), mas erra ao não entrecruzar e interpretar as narrativas. A escolha das autoras (Santos & Moreira, 2009) torna tais relatos meras descrições.

A narrativa do discente Carlos Cardoso, que estudou entre 1938 e 1942, evidencia as agruras e vicissitudes daquele período. O narrador insinua indícios de corrupção na gestão da alimentação discente e discorre tanto sobre a rotina das práticas de ensino quanto sobre a estrutura pedagógica com ênfase nas disciplinas, bem como reforça o discurso da escola técnica voltada aos mais necessitados.

Em seguida, o docente Josias Seixas narra sua experiência de quarenta anos na organização. O teor do relato em muito corrobora fatos elencados por Lessa.

O relato de Ângelo Cardoso, que foi primeiro estudante e depois professor, é impregnado de saudosismo. A nostalgia dos tempos de maior disciplina de que ele sente falta o faz afirmar que o período da ETFBA era melhor que o CEFET.

A narrativa de Almir Costa Souza Filho é das mais contundentes. Como o próprio diz na página 154, “eu tenho muita história pra contar sobre a escola”. Assim como Ângelo, foi um discente que se tornou docente. Desenvolveu toda a sua carreira profissional na organização. Foi diretor administrativo e diretor geral da unidade de Valença. Relata a falta de valorização do trabalho gerencial dos técnicos-administrativos. O professor traz detalhes sobre diversos fatos políticos que ocorreram na organização, como a intervenção durante o regime militar no início dos anos 1970 e a formação de grupos para disputar a direção. Tergiversa sobre os processos de escolha das pessoas ocupantes de cargos gerenciais e sobre a mudança de CEFET para IFBA.

A senhora Jane Ribeiro trabalhou como bibliotecária durante cinco anos. Seu curto depoimento permite apreender alguns sentidos: as formas de ingresso diversas do concurso público, as várias atividades que um(a) bibliotecário(a) poderia exercer, como gerenciar um caixa escolar para arrecadar fundos ou atuar no aconselhamento de discentes, algo impensável no cenário de especialização de tarefas dos dias atuais. Percebe-se ainda o lamento de quem é obrigada a abandonar o trabalho para se dedicar à vida doméstica, o que instiga reflexão sobre o machismo estrutural da época.

Norma Souza é outra que adentrou a organização como discente e continuou sua atuação como docente, ocupando o cargo de chefia de gabinete da então Reitora Aurina. Seu depoimento é curto e não oferta muitos detalhes e informações.

Por fim, apresentam-se os depoimentos dos ex-diretores que estavam vivos à época: Roberto Trípodí, Antônio Barral, Elias Ramos, Ruy Santana, além da Reitora Aurina Santana. São testemunhos genéricos, ainda que alguns detalhes de processos políticos como a primeira eleição direta na época da ETFBA em 1986, a criação do CEFET com a fusão entre ETFBA e o CENTEC em 1993 e a conturbada eleição de 2001 sejam narrados.

O terceiro livro – “Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia” –, ainda que dialogue com os anteriores, tem uma delimitação mais ampla, demarcando o escopo multifacetado resultante da nova institucionalidade. Publicado em 2017, cerca de nove anos após a criação dos institutos federais, a obra mapeia as diversas atividades políticas, pedagógico-acadêmicas e mnemônicas que trespassam a organização.

Essa temporalidade própria de instituto federal em certa medida rompe com o regime de historicidade proposto na obra de Lessa. As citações ao autor são reduzidas, e mesmo textos que investigam questões do passado expandem o horizonte de compreensão, como apontam os textos de Lima e Magalhães (2017) e Lins, Carneiro Jr. e Lopes (2017). Ambos abordam a expansão e descentralização que marca a multicampia do instituto federal – ainda que o primeiro texto relate a criação da unidade de Vitória da Conquista, ocorrida na época do CEFET.

No primeiro texto, foram ouvidos seis relatos de agentes envolvidos (o diretor da UNED, o diretor de ensino, dois docentes, um ex-discente e uma técnica-administrativa). No segundo, embora a narrativa seja sempre na terceira pessoa, o que denota impessoalidade, um dos autores, docente do campus Irecê, foi agente interlocutor na fundação do campus.

Os textos enfatizam a dimensão política na consecução das obras, detalhando a intrincada trama dos agenciamentos institucionais. Governantes das três esferas foram envolvidos, acelerando ou atrasando a inauguração das unidades. Mudanças de governo e de interesses norteavam as tomadas de decisão.

Em Vitória da Conquista, entre a assinatura do convênio entre prefeitura, ETFBA e MEC e a inauguração da unidade decorreram-se cinco anos – 1989/1994. Disputas políticas envolvendo prefeitura e câmara municipal no tocante à destinação de recursos e autoria de emendas, além de mudanças no governo federal, explicam a demora na inauguração.

Em Irecê, a criação do campus se sucede no bojo do PNPB – programa nacional de produção do biodiesel, ocorrido entre 2004 e 2008, período de grande investimento nesse tipo de combustível. Irecê é um dos principais polos brasileiros produtores da Mamona, uma planta que provê combustível sustentável. Em tese, isso deveria acelerar o funcionamento do campus. Contudo, passaram-se quatro anos entre a chamada promovida pelo MEC, em 2007, e o início das primeiras aulas, em 2011.

Os dois textos trazem a dimensão técnica para a discussão ao explicitarem as dificuldades de funcionamento inicial, fruto tanto das assimetrias de poder que ensejam conflitos entre as instâncias governamentais quanto da ausência de planejamento da gestão da organização para lidar com a sua nova configuração estrutural.

Com efeito, a dimensão técnica tem mais espaço nesta terceira biografia. Rocha (2017) relata as mudanças no edifício que hoje sedia a reitoria do IFBA, mas que ao longo de sua história abrigou o colégio Maristas, fundado pela ordem de mesmo nome na França do século XIX e que se expandiu pelo mundo com o intuito de disseminar educação católica. Seu tombamento e posterior cessão ao IFBA contaram com esforço da sociedade civil, que desvela a ação política ante a voragem econômica, considerando que o prédio se localiza em área nobre de Salvador e a especulação imobiliária em torno do imóvel era intensa. Ademais, há a tarefa técnica da autora ao relacionar os construtos espaço, memória e identidade.

Santana e Ribeiro (2017) articulam técnica e política em uma discussão fundamental nos dias atuais: inclusão escolar e diversidade, ao pautarem a situação de discentes portadores de deficiência no campus de Salvador. A discussão é técnica, pois implica em melhorias tangíveis, como estruturas de acessibilidade, e intangíveis, como treinamento para servidores, considerando que a maioria dos concursos públicos não exige conhecimento tácito nessa área. Mas seu fomento é político, dado que hoje a inclusão escolar é uma política pública direcionada por diversos instrumentos legais, que norteiam as tomadas de decisão dos gestores públicos. Tais resoluções impactam o desempenho discente, ou seja, também é uma questão pedagógico-acadêmica.

Os textos seguintes interpelam questões que imbricam as três dimensões, ao lidarem com desafios complexos de uma realidade difusa: Sousa e Brito (2017) analisam o processo de criação e implantação da Licenciatura Intercultural Indígena - LINTER, no *Campus* Porto Seguro. Desde a tecnicidade específica que exige uma equipe multidisciplinar para lidar com contingências intrínsecas à sua consecução – etnólogo(a)s, arqueólogo(a)s, pedagogo(a)s e assistentes sociais –, que resulta na prática pedagógica em sala de aula, há uma processualidade epistêmica, ou seja, a construção de uma forma prática de saber na tarefa de ensino-aprendizagem indígena, a partir da formação de docentes específica para tal.

Esse percurso é regido por uma série de dispositivos legais norteadores da política pública, como a Resolução nº 03/1999, do Conselho Nacional de Educação, que define que a docência na escola indígena deverá ser exercida por professores indígenas. Assim, fica como dever do Estado o desenvolvimento de cursos próprios para as formações de professores indígenas, em conformidade com os parâmetros legais da educação escolar indígena, ou seja, há uma externalidade política que fomenta o processo.

O texto de Pereira (2017) descreve as etapas do processo de intercâmbio de dois discentes tailandeses no campus Camaçari. Na dimensão técnica, explica a função de cada setor envolvido na atividade – que envolveu, por exemplo, a diretoria de ensino e a assessoria de relações internacionais do IFBA; na dimensão política, mostra as relações do IFBA com as organizações que fomentam o intercâmbio, como a AFS Intercultural. A dimensão pedagógico-acadêmica relata as práticas de sala de aula adaptadas aos dois intercambistas, a partir do modelo analítico “nove etapas do ciclo de adaptação do(a) intercambista”.

Ferraz e Ferreira (2017) analisam o desempenho de estudantes cotistas no *Campus Barreiras* no período entre 2010 e 2014. A partir da prática pedagógico-acadêmica de ensino-aprendizagem, é produzido um conhecimento técnico. Este, por sua vez, é norteadado pela política de ações afirmativas, resultado de anos intensos de lutas no âmbito da sociedade civil. O elevado número de evasão e reprovação constatado na pesquisa mostra que mudanças estruturais não são obtidas instantaneamente, mas após longo processo de ajuste de práticas, como tem sido foco através da política de assistência/permanência estudantil.

As outras pesquisas, em alguma medida, são continuidades da primeira ou da segunda biografia. Santiago e Silva (2017) estudam o jornal escolar *O Aprendiz*, publicado nos anos 1940, apresentado aqui como ferramenta pedagógica – considerando que era elaborado por discentes com supervisão da bibliotecária – e como lugar de memória utilizado para refletir sobre o ensino técnico da época e as transformações promovidas pelo governo Vargas na educação, como a reforma Capanema. A gazeta estudantil aparece em diversas passagens da resenha de Lessa – na página 32, por exemplo, é reproduzida *ipsis litteris* uma nota do então diretor Ericsson Cavalcanti publicada no jornal tratando a relação da organização com o setor produtivo – e no depoimento de Jane Ribeiro (p. 159, grifo nosso) na segunda biografia:

Houve dificuldades em certas iniciativas como, por exemplo, a *reativação do jornal com a colaboração dos alunos*; o grande obstáculo foi o despreparo redacional dos alunos de nível secundário, pois a legislação do ensino para este nível não exigia a conclusão do curso primário para matrícula dos candidatos. Desse modo, o número de colaboradores do 1º grau era pequeno. Daí a iniciativa de dar aulas eventuais a grupos de alunos para correção dos textos escritos.

Venturini (2017) e Almeida e Sampaio (2017) repetem discussões e historicizações feitas nas biografias anteriores. A primeira mimetiza a historiografia de Lessa tendo como objeto o tratamento dado à educação física como elemento curricular na educação profissional. Se há algum progresso em seu texto, é trazer depoentes que auxiliam a perceber contradições da política externa, que colocava a educação física como parte de um projeto político de nação em curso à época –

especialmente durante o regime militar na década de 1970 –, e como o corpo estudantil resignificava tais valores, rechaçando-os.

O segundo texto retoma discussões sobre a relação de educação e trabalho no âmbito do capitalismo tardio. Traz alguns dados atualizados acerca do crescimento da educação profissional nos quase dez anos de criação dos institutos federais, mas sua contribuição teórica é pouca.

O trabalho de Mota e Peixoto (2017) retoma a discussão iniciada por Souza e Ribeiro (2009) na biografia anterior, colocando a pesquisa como preocupação principal de investigação. Aqui, a ênfase é no macro, ou seja, investiga-se a pesquisa na rede federal de educação profissional, a partir das fases de uma política pública (planejamento, implementação, processo decisório, avaliação). Ainda que os indicadores utilizados aqui sejam os mesmos da pesquisa anterior – grupos de pesquisa, número de doutores, programas de pós-graduação, distribuição dos programas por região – e o texto pareça segui-lo pela temática, o IFBA não é sequer mencionado – o que impede um diálogo entre as dimensões macro e microestrutural da pesquisa como política pública.

O último texto, de Brito (2017), retoma as preocupações da obra de Fartes (2009) acerca dos saberes que forjam a identidade profissional dos egressos da educação profissional quando em contexto laboral. Ambos os textos mobilizam as representações que os profissionais técnicos fazem de si durante a formação e depois no mercado de trabalho. São textos preocupados com a dimensão política e pedagógico-acadêmica da organização, ignorando a dimensão técnica que envolve a formação discente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou como três biografias são lugares de memória que revelam os meandros de um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. A metodologia histórico-hermenêutica permitiu apreender que existe uma relação de interdependência entre as elaborações narrativas de uma história organizacional, como as três biografias aqui estudadas, e a forma como a organização se situa no mundo social, pois aquelas são lugares de memória que demonstram como a organização maneja seu passado tanto diante da comunidade externa como perante seus membros internos.

A linearidade histórica e a ênfase em datas e nomes de gestores são a tônica do primeiro livro. Com o aval da gestão organizacional e acesso a uma quantidade considerável de documentos, o autor produz uma narrativa inteligível, mais descritiva que analítico-interpretativa, que cobre noventa e três anos de história em menos de 100 páginas escritas.

As biografias seguintes quebram com o modelo de narrativa linear tradicional do primeiro texto, por conta de sua multiplicidade autoral. De fato, são coletâneas de artigos, e questionar-se-ia se são mesmo biografias. Mas ao carregarem o termo memória em seus títulos, por serem escritas por servidores da organização, acabam por enquadrar-se na definição contemporânea de biografia, escrita narrativa situada no interregno entre ciência e arte, história e ficção, imaginação e realidade (Loriga, 2011).

A dimensão política marca presença nas três biografias, seja como protagonista dos rumos organizacionais, seja como tessitura que forja seus acontecimentos. É o esteio, às vezes invisível, mas sempre fulcral, sob o qual se erigem as práticas que definem sua consecução.

O acesso à dimensão política é possibilitado em seu fundamento temporal, dispondo a organização como comunidade mnemônica, reservatório de narrativas que vão lhe constituindo historicamente. A memória, bússola da História, desvela esquecimentos, ilumina excessos, apazigua ou enseja conflitos, permitindo identificar as características que permeiam a constituição da realidade.

Uma realidade discernida aqui pelo conhecimento que é gerado pela necessidade de funcionamento orgânico da organização, mas também como sua razão de ser, buscando contribuir para a melhoria contínua da vida coletiva, atendendo aos requisitos preconizados na lei de sua criação.

Este estudo intenta contribuir quantitativa e qualitativamente para os estudos históricos em educação, especificamente na educação profissional: no primeiro plano, ao discorrer sobre a história da EPT, subcampo relegado na história da educação; e, no segundo plano, ao abordar um ente coletivo, posto que boa parte da produção científica de âmbito biográfico investiga trajetórias individuais (Amorim et al., 2024; Duarte & Grazziotin, 2018).

## REFERÊNCIAS

- Almeida, A. R. S., & Sampaio, R. L. (2017). Educação e trabalho: História, transição e atualidade no IFBA. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Amorim, R. S., Silva, R. F., Santos, F. A. A., & Nascimento, J. M. (2024). Análise das publicações sobre a história da educação profissional na Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. *Revista Brasileira de História da Educação*, 24, e322. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e322>

- Aróstegui, J. (2006). *A pesquisa histórica: Teoria e método* (A. Dore, Trad.). EDUSC.
- Borges, V. P. (2008). Grandezas e misérias da biografia. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas*. Contexto.
- Bourdieu, P. (2006). A ilusão biográfica. In M. de M. Ferreira & J. Amado (Orgs.), *Usos e abusos da história oral* (L. A. Monjardim, Trad.). FGV.
- Brito, E. da S. P. (2017). Saberes profissionais de um grupo de metalúrgicos em situação de trabalho: Uma perspectiva etnográfica. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Burke, P. (1992). Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In P. Burke (Org.), *A escrita da história: Novas perspectivas* (M. Lopes, Trad.). UNESP.
- Casey, A. J., & Olivera, F. (2011). Reflections on organizational memory and forgetting. *Journal of Management Inquiry*, 20(3), 305–310.  
<https://doi.org/10.1177/1056492611408264>
- Chamberlayne, P., Bornat, J., & Wengraf, T. (Eds.). (2000). *The turn to biographical methods in social science*. Routledge.
- Costa, A. S. M., & Saraiva, L. A. S. (2011). Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1761–1780.  
<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7058>
- Dosse, F. (2003). *A história* (M. E. O. Assumpção, Trad.). EDUSC.
- Dosse, F. (2015). *O desafio biográfico: Escrever uma vida* (G. C. C. de Souza, Trad.). EDUSP.
- Duarte, A. R., & Grazziotin, L. S. S. (2018). Nuances de elementos biográficos nos estudos em história e história da educação: Uma síntese a partir do estado do conhecimento. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18, e038.  
<https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e038>

- Fartes, V. L. B. (2009). A Escola Técnica Federal da Bahia na memória dos anos de 1970: A construção social da qualificação e da identidade operária. In V. Fartes & V. C. Moreira (Orgs.), *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909–2009)*. EDUFBA.
- Fartes, V., & Moreira, V. C. (Orgs.). (2009). *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909–2009)*. EDUFBA.
- Ferraz, M. do C. G., & Ferreira, R. (2017). Qualidade da educação: Um estudo do desempenho dos estudantes cotistas do IFBA-Barreiras, no período 2010 a 2014. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Gonçalves, M. de A., & Oliveira, M. da G. (2012). Apresentação. *História da Historiografia*, 5(9), 10–13. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i9.489>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. (n.d.). *Publicações*. <https://portal.ifba.edu.br/institucional2/memorial/publicacoes>
- Le Goff, J. (1990). *A história nova* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Leal Neto, A. A. V., Brito, E. da S. P., & Antoniazzi, M. R. F. (2009). O Instituto Federal da Bahia e as metamorfoses da educação profissional no Brasil: O que pode mudar? In V. Fartes & V. C. Moreira (Orgs.), *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909–2009)*. EDUFBA.
- Lessa, J. S. (2002). *CEFET-BA: Uma resenha histórica: Da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica*. CEFET-BA.
- Levi, G. (2006). Usos da biografia. In M. de M. Ferreira & J. Amado (Orgs.), *Usos e abusos da história oral* (L. A. Monjardim, Trad.). FGV.
- Levillain, P. (2003). Os protagonistas: Da biografia. In R. Rémond, *Por uma história política* (D. Rocha, Trad., 2ª ed.). FGV.
- Lima, G. de O. P., & Magalhães, L. D. R. (2017). Memória(s) do processo de expansão da Escola Técnica Federal da Bahia: A UNED de Vitória da Conquista. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.

- Lima, L. C. (2006). *História. Ficção. Literatura*. Companhia das Letras.
- Lima, S. F. de, & Carvalho, V. C. de. (2009). Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In C. B. Pinsky & T. R. de Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes*. Contexto.
- Lins, A. B., Carneiro Jr., J. A. de, & Lopes, J. da S. (2017). A expansão da educação profissional e tecnológica para o semiárido baiano: A trajetória do Campus Irecê. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Loriga, S. (1998). A biografia como problema. In J. Revel (Org.), *Jogo de escalas: A experiência da microanálise* (D. Rocha, Trad.). FGV.
- Loriga, S. (2011). *O pequeno x: Da biografia à história* (F. Scheibe, Trad.). Autêntica.
- Malerba, J. (2011). *Ensaio: Teoria, história e ciências sociais*. Editora da Universidade Estadual de Londrina.
- Ministério da Educação. (1974). *Ensino profissionalizante de 2º grau: Atuação do MEC através do PRODEM – Programa de desenvolvimento do ensino médio*. <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>
- Moreira, V. C. (2009). Escola de Aprendizes Artífices da Bahia: A educação profissional na Bahia entre 1909 e 1937. In V. Fartes & V. C. Moreira (Orgs.), *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909–2009)*. EDUFBA.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político* (F. Santos, Trad.). WMF Martins Fontes.
- Mota, L. M., & Peixoto, R. D. (2017). A pesquisa na rede federal de educação profissional científica e tecnológica: Uma análise da política pública. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Nissley, N., & Casey, A. J. (2002). The politics of the exhibition: Viewing corporate museums through the paradigmatic lens of organizational memory. *British Journal of Management*, 13(S2), S35–S45. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.13.s2.4>

- Nora, P. (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares (Y. A. Khoury, Trad.). *Projeto História*, 10, 7–28.  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>
- Oliveira, J. R. S. de, Ramos, T. O., & Fartes, V. L. B. (Orgs.). (2017). *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Pereira, A. dos S. (2017). Intercâmbio estudantil para o curso técnico de informática modalidade integrada (Camaçari – 2015). In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Ramos, M. N. (2014). *História e política da educação profissional* (Vol. 5). IFPR.
- Ricœur, P. (2002). *Del texto a la acción: Ensayos de hermenéutica II* (P. Corona, Trad.). Fondo de Cultura Económica.
- Ricœur, P. (2011). *Escritos e conferências 2: Hermenêutica* (L. P. de Souza, Trad.). Loyola.
- Rocha, A. dos S. (2017). Histórico do edifício-sede da reitoria do IFBA e seu contexto. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Rossi, P. (2010). *O passado, a memória, o esquecimento: Seis ensaios da história das ideias* (N. Moulin, Trad.). UNESP.
- Rüsen, J. (2007). *Reconstrução do passado: Teoria da história II – Os princípios da pesquisa histórica* (A.-R. Alcaide, Trad.). Editora da UnB.
- Rustin, M. (2000). Reflections on the biographical turn in social science. In P. Chamberlayne, J. Bornat, & T. Wengraf (Eds.), *The turn to biographical methods in social science*. Routledge.
- Santana, G. O., & Ribeiro, N. M. (2017). A inclusão escolar de pessoa com deficiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Salvador: A constatação de uma realidade. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.

- Santiago, F. de A. G., & Silva, M. C. de P. (2017). A Escola Técnica de Salvador e o jornal escolar *O Aprendiz: Memórias e histórias*. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Santos, A. S., & Moreira, V. C. (2009). Histórias individuais: Tecendo a história do Instituto Federal da Bahia. In V. Fartes & V. C. Moreira (Orgs.), *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909–2009)*. EDUFBA.
- Santos, L. A. N. (2014). *Improvisação como competência cultural na atividade gerencial de organizações públicas de ensino* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24054>
- Silva, N. P. da. (2009). Movimento estudantil e participação política na Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA. In V. Fartes & V. C. Moreira (Orgs.), *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909–2009)*. EDUFBA.
- Sousa, A. C. de, & Brito, E. M. de. (2017). Licenciatura intercultural indígena do IFBA: Desafios e possibilidades. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.
- Souza, E. R. de, & Ribeiro, N. M. (2009). A produção científica do Instituto Federal da Bahia em revistas de alto impacto. In V. Fartes & V. C. Moreira (Orgs.), *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909–2009)*. EDUFBA.
- Venturini, M. (2017). Educação profissional e educação física: Memórias da Escola Técnica de Salvador e da Escola Técnica Federal da Bahia. In J. R. S. de Oliveira, T. O. Ramos, & V. L. B. Fartes (Orgs.), *Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia*. EDIFBA.

**LEONARDO AUGUSTO NASCIMENTO DOS SANTOS:**

Doutorando em Administração Pela Universidade Federal da Bahia (2021); Mestrado em Administração Pela Universidade Federal da Bahia (2014); Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2006). Especialização em Filosofia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2017). Atualmente é assistente administrativo do Instituto Federal de Educação da Bahia – Campus Feira de Santana. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas. Seus interesses de pesquisa são: Estudos Organizacionais; Administração Pública; Economia Solidária; Filosofia Hermenêutica (Paul Ricœur, Martin Heidegger).

**E-mail:** leonardoans@ufba.br

<https://orcid.org/0009-0003-4261-8386>

**GENAUTO CARVALHO DE FRANÇA FILHO:**

Professor Titular da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador CNPq. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Estudos Organizacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, associativismo, terceiro setor, economia popular e novas formas de solidariedade. Possui graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1991), mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1993) e doutorado em Sociologia - Université de Paris VII (2000).

**E-mail:** francafilhogenauto2@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9767-7664>

**Recebido em:** 21.01.2025

**Aprovado em:** 31.01.2026

**Publicado em:** 02.03.2026

**EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:**

Wagner Valente Rodrigues (Unifesp)

E-mail: [wagner.valente@unifesp.br](mailto:wagner.valente@unifesp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-2477-6677>

**RODADAS DE AVALIAÇÃO:**

R1: dois convites; um parecer recebido.

R2: dois convites; um parecer recebido.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:**

Santos, L. A. N., & França Filho, G. C. do. Lugares de memória educacional: A história de um instituto federal de educação, ciência e tecnologia nas páginas de suas biografias. *Revista Brasileira de História da Educação*, 26, e406. DOI:

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v26.2026.e406>

**FINANCIAMENTO:**

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**LICENCIAMENTO:**

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

**DISPONIBILIDADE DE DADOS:**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.